

## **PRÁTICA PROFISSIONAL E AGENTIVIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR**

**Rosalice Pinto**

Doutora, Universidade Nova de Lisboa/Centro de Desenvolvimento e Investigação sobre Direito e Sociedade/ Lisboa/Portugal)

**RESUMO:** O objetivo desta contribuição é analisar aspectos linguístico-textuais relevantes para a caracterização de alguns textos que circulam em diferentes práticas profissionais. A partir de subsídios teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999; 2004), em uma visão interdisciplinar, procurar-se-á observar de que forma a *marcação agentiva* se instaura nos textos analisados. A nossa hipótese de trabalho é de que a sua configuração é fortemente distinta, em função dos diferentes tipos de “agir” em que os textos em análise se enquadram. Os documentos em análise são constituídos por excertos extraídos de práticas sociais diversas: do jurídico (petição inicial); do publicitário (anúncio publicitário). A partir dos resultados, poderemos fornecer “pistas” interessantes para o desenvolvimento da produção escrita de futuros profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agir. Análise linguístico-textual. Produção Escrita

**ABSTRACT:** The aim of this contribution is to analyze some textual-linguistic aspects relevant for the characterization of some texts that circulate in different professional practices. Based on theoretical and methodological principles of Sociodiscursive Interactionism (BRONCKART, 1999; 2004), in an interdisciplinary point of view, we will try to observe how the agentive marks are present in the texts. Our hypothesis is that their configuration is strongly different, due to the different types of "acting" in which the texts under analysis are inserted in. The documents under analysis consist of excerpts from texts extracted from different social practices: from legal (initial proceeding) and from advertising (advertisement) domains. From these results, we will be able to provide interesting “clues” for the development of the written production of future professionals.

**KEYWORDS:** Acting. Textual-linguistic Analysis. Written Production

### **INTRODUÇÃO**

A interdisciplinaridade que vem sendo estimulada e desenvolvida em escolas, universidades e centros de pesquisa é cada vez mais valorizada como uma mais-valia no desenvolvimento da sociedade atual. De um lado, do ponto de vista cognitivo, ela se adapta à aceitação da complexidade do pensamento humano e a uma ruptura com a visão positivista que estimulou, durante muitos anos, a segmentação das Ciências Sociais e Humanas. Do outro lado, ela demarca uma atitude de curiosidade, alimentando um diálogo “saúdável” entre áreas do conhecimento aparentemente distintas, mas que podem vir a se tornar complementares, ao se considerar a complexidade dos objetos analíticos com os quais nós, pesquisadores,

lidamos. E é com essa interdisciplinaridade, ou mesmo com a transdisciplinaridade, que trabalhamos nas diversas práticas profissionais.

Como salienta Filliettaz (2004), as produções linguageiras atestadas em contextos profissionais levam a uma complexificação das relações estabelecidas entre a própria *ação humana* e o *contexto situacional* em que ocorrem. Em função dessa realidade, pode-se, de certa forma, mencionar a existência de uma “viragem accional” (FILLIETTAZ, 2002) no estudo dos textos/dos discursos. Esse paradigma atual nos estudos linguísticos vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento de estudos teóricos sobre várias categorias, como a de *gênero de texto/discurso/multimodalidade*, e pelo importante desenvolvimento de estudos empíricos consagrados a discursos profissionais ou institucionais. Na primeira vertente, podemos citar o trabalho de Coutinho *et al.* (2009); na segunda, são relevantes as contribuições de Gouveia *et al.* (2004) ou as de Bronckart *et al.*(2004).

Considerando-se, à semelhança de Bronckart, que todo texto é uma *unidade comunicativa global e é o produto* de uma *ação de linguagem* situada em determinado contexto de produção (físico e sociosubjetivo), refletiremos, neste trabalho, sobre a interferência de questões praxiológicas na materialização destes textos, inseridos em atividades sociais/práticas profissionais distintas. Partindo, essencialmente, de uma perspectiva sociointeracionista discursiva, estudaremos, em particular, de que forma a marcação agentiva em textos que circulam socialmente pode vir a ser estrangida em função das *ações* individuais/coletivas das diversas instâncias de produção instauradas em diferentes *tipos de agir*.

Evidentemente, como os termos acima assinalados são fundamentais nesta contribuição e apresentam certa flutuação terminológica, devem ser esclarecidos.

No escopo deste trabalho, o conceito de *ação*, como “forma interpretativa imputada a determinado indivíduo”, em constante reatualização em função de suas interações com outros, quer sejam observadores internos ou externos à própria situação, como preconiza Bronckart *et al.* (2008, p. 125), deve ser ampliado. Ou seja, embora não deixemos de atribuir-lhe um caráter interpretativo por estar relacionado às intenções, aos motivos e às capacidades dos indivíduos nela envolvidos, devemos levar em conta o seu aspecto praxiológico, uma vez que está inserida em práticas sociais diversas. Para nós, ainda em concordância com Bronckart *et al.* (2008, p. 120), o termo *agir* diz respeito à “forma de intervenção de um ou de vários seres humanos no mundo”, sendo o seu estatuto essencialmente praxiológico.

Para atingirmos os objetivos a que nos propomos, este artigo será dividido em quatro partes. Na primeira parte, teceremos algumas considerações importantes sobre o Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD), perspectiva teórica privilegiada nesta contribuição, e, como trabalhamos com textos multimodais, mostraremos alguns aspectos desenvolvidos pela *Gramática do Design Visual*, de Kress e Van Leeuwen (2006), para o estudo dos aspectos não verbais. Na segunda, apresentaremos os critérios metodológicos adotados para a seleção dos textos. Na terceira, serão analisados dois exemplares de textos empíricos presentes em atividades diversas e, na quarta, teceremos algumas reflexões finais sobre o estudo efetuado. Com isso, objetivamos não só ratificar a relevância de aspectos praxiológicos na construção *da marcação agentiva* de textos como também trazer algumas reflexões sobre a realização plurissemiótica dos textos em *tipos de agir* inseridos em atividades sociais distintas.

## **OPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS RELEVANTES**

O ISD baseia-se tanto nos quadros teórico-epistemológicos desenvolvidos por Spinoza, Marx, Engels e Vygotski, atualizando-os, quanto nas abordagens sociofilosóficas de Habermas e de Ricoeur<sup>1</sup>.

Dentro desse contexto, o ISD não deve ser considerado nem um modelo para análise de discursos nem uma teoria linguística. Na verdade, trata-se de um posicionamento epistemológico-político que considera que o funcionamento humano geral deve integrar dimensões cognitivas, sociais, afetivas e semióticas. Com isso, distancia-se da herança positivista que presumia uma segmentação bem marcada das disciplinas e subdisciplinas.

Importa enfatizar que o ISD, cujo projeto de trabalho vai além da linguística e busca uma ciência integrada do humano, insiste no papel central da linguagem<sup>2</sup> em aspectos do desenvolvimento humano. Esse foco na linguagem centra-se no fato de que ela é o instrumento fundamental da gnosiologia e da praxiologia. O primeiro aspecto corresponde à capacidade dos indivíduos da nossa espécie de apreender elementos do universo e de

---

<sup>1</sup> Pode-se encontrar uma exposição detalhada do quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo em Bronckart (1999, cap. I).

<sup>2</sup> Na verdade, existe uma assumida continuidade à concepção da língua como objeto social, inspirando-se em Vygotski e Saussure. Sobre a questão, ver: Bronckart (1999).

organizá-los em *mundos representados*<sup>3</sup>; já o segundo diz respeito ao modo como os membros da espécie humana se situam nestes mundos e organizam suas formas dinâmicas.

Vale salientar que, em determinado *agir* (considerado como *forma de intervenção de um ou mais indivíduos no mundo*), além desses conhecimentos relativos aos mundos representados, os indivíduos têm uma espécie de *saber prévio* construído ao longo de sua vida: conhecimentos de natureza holística, sem organização lógica, implícitos ou inconscientes, representando uma espécie de reservatório próprio de convicções e hipóteses implícitas sobre o resultado de determinado *agir*. Visto dessa forma, podemos afirmar que o *agir* é coibido por questões sociais e envolve vários aspectos: conhecimentos explícitos e implícitos, conflitos entre representações dos vários agentes relativos aos três mundos e confrontação entre elementos do mundo vivido com os conhecimentos formais do próprio agente. Mas quais seriam os estatutos dos indivíduos implicados no *agir* e da linguagem neste contexto?

No contexto do ISD, todos os seres humanos que intervêm no *agir*, são considerados *actantes*. No plano interpretativo, é utilizado o termo *ator*, quando as próprias configurações textuais constroem o *actante* como fonte de determinado processo, dotado de *capacidades*, *motivos* e *intenções*. Ainda o termo *agente* é utilizado quando as configurações textuais não atribuem estas propriedades ao *actante*.

Nessa abordagem teórica, as entidades linguísticas semiotizadas nos *textos* que circulam, sendo arbitrárias e convencionais, têm a propriedade não apenas de absorver representações construídas pelos indivíduos em sua relação com o mundo vivido mas também transformá-las em representações comuns. E é nesse aspecto que a linguagem assume um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos.

Além disso, é relevante enfatizar que, no momento de qualquer produção textual, o agente deve realizar um duplo processo: o de adoção e o de adaptação. Em outras palavras, ele deve adotar modelos já presentes num reservatório de modelos de texto já existentes (arquitexto) e adaptá-los, de acordo com decisões próprias, em função de questões contextuais e de uma estilística pessoal. Com isso, apesar de a prática dos gêneros textuais constituir-se

---

<sup>3</sup> Sobre a questão dos *mundos representados*, Bronckart baseia-se em Habermas. Segundo esse autor, o *agir* leva em conta *representações coletivas* que são organizadas em sistemas (denominados mundos) formais ou representados: *mundo objetivo*, *mundo social* e *mundo subjetivo*. Esses mundos são *produtos de operações de descontextualização e de generalização*. Sob efeito dessas operações, existe um conjunto de saberes que são abstraídos dos contextos socioculturais e semióticos locais, organizando-se em sistemas de representação coletiva, tendendo a uma universalidade.

numa ocasião importante para o desenvolvimento das mediações formativas, não é nesse nível que são implementados os processos de mediação. Efetivamente, os gêneros, devido à heterogeneidade que lhes é característica, não podem ser definidos por determinadas operações cognitivas, materializadas por determinadas unidades ou regras linguísticas. Na verdade, é no nível dos tipos de discurso<sup>4</sup>, mais estabilizado, que esses aspectos podem ser atestados.

Salientando sempre que, no quadro do ISD, a produção dos textos envolve um trabalho psicológico, praxiológico e linguístico, deve-se considerar que os tipos de discurso, como unidades infraordenadas que entram na composição dos textos, são reconhecíveis através das formas linguísticas que os semiotizam e podem vir a ser observados em duas vertentes: uma mais abstrata e outra mais concreta. A primeira é definida a partir das operações constitutivas dos *mundos discursivos*; já a segunda, a partir de unidades linguísticas que traduzem estes mundos em determinada língua natural.

Quanto à construção desses mundos, salientamos que estes correspondem a espécies de plataformas de transição entre duas ordens de representação: as individuais e coletivas<sup>5</sup>, podendo ser descritas segundo dois tipos de ruptura: uma ruptura de ordem temporal e outra de ordem actorial.

Em relação ao primeiro caso, pode-se pensar na existência de correspondência entre as coordenadas temporais da ação de linguagem no mundo verbal do agente e as verbalizadas no texto (relação de conjunção correspondente à ordem do expor) ou, ao contrário, pode haver uma espécie de uma ruptura entre as mesmas ordens de coordenadas (relação de disjunção correspondente à ordem do narrar).

No que diz respeito ao segundo caso, ruptura de ordem actorial, pode-se verificar ou uma correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto (relação de implicação), ou uma ruptura entre elas. No quadro 1, em que estão presentes os quatro mundos discursivos, procura-se sintetizar essas duas ordens de operação<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> O conceito de *tipos de discurso* no quadro do ISD é baseado em contribuições teóricas várias. Dentre elas podemos citar as de Benveniste(1996); as de Weinrich (1973), as de Simonin-Grumbach (1975) e as de Genette (1986). Para mais detalhes, ver Bronckart (1999, 2008).

<sup>5</sup> Retomamos aqui o comentário de Coutinho (2009) sobre os *tipos de discurso* em artigo intitulado *Marcadores discursivos e tipos de discurso*.

<sup>6</sup> Referimo-nos aqui a Bronckart (2008), com algumas reformulações em relação aos mesmos aspectos pontuados em Bronckart (1999).

Quadro 1– Mundos discursivos

		Organização temporal	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	CONTAR
Organização actorial	Implicação	Discurso Interativo	Relato Interativo
	Autonomia	Discurso Teórico	Narração

Fonte: Coutinho (2009, p. 200), a partir de Bronckart (2008b, p. 71)

Em síntese, podemos salientar que cada mundo discursivo é identificável a partir das regularidades linguísticas que o materializam, ou seja, do *tipo de discurso* que o configura. Contudo, é importante ressaltar que determinada ocorrência pode não vir a ser, por si só, suficiente para a identificação de um *tipo de discurso*. Faz-se necessária, muitas vezes, a confluência de vários aspectos para a classificação de determinado tipo de discurso.

Todos os aspectos teóricos ressaltados demonstram a relevância das três vertentes analíticas preconizadas dentro do ISD: a praxiológica, a gnosiológica e a textual. No entanto, este trabalho, centrado na *problemática do agir*, preconiza sobretudo o primeiro e o terceiro aspectos. A nossa questão central é: de que forma questões linguístico-textuais podem vir a ser condicionadas por determinado *agir*?

Como trabalhamos nas análises dos textos empíricos com textos multimodais, nos quais diferentes modos semióticos pertencentes a sistemas diversos se combinam num quadro geral de um agir humano, é importante ressaltar o trabalho de Kress e Van Leeuwen (2006) sobre a semiótica visual. Esses autores tentam descrever as especificidades e o funcionamento de cada sistema semiótico, tal qual ele foi socioculturalmente moldado, analisando os elementos visuais que compõem as imagens presentes em vários documentos (cartazes, fotografias, publicidades, manuais escolares). Eles questionam aspectos relativos à natureza,

ao significado de vários elementos imagísticos e de sua organização no espaço da comunicação visual. Baseados nos trabalhos de Halliday (1978) e Hodge e Kress (1988), relativos à semiótica social<sup>7</sup>, estes teóricos inventariam os componentes principais das imagens – aqueles que se perpetuariam ao longo dos anos no mundo ocidental. A partir das metafunções definidas por Halliday, eles estudam a comunicação visual. Para eles, a metafunção corresponde às *dimensões relacional e referencial, propriamente sociais de um modo semiótico*. Esses modos são recursos específicos para realizar três funções comunicativas de base: a) construir representações da realidade (função ideacional); b) estabelecer relações sociais e interações (função interpessoal); c) organizar as combinações das representações e as interações nos textos ou em eventos comunicativos (função textual).

Vale salientar que os trabalhos de Kress e de outros teóricos da mesma área propõem categorias de análise que, do ponto de vista epistemológico, opõem-se às abordagens tradicionais dos estudos discursivos. Colocam em causa a arbitrariedade do signo e defendem a existência de uma transformação motivada dos signos em função das influências culturais e sociais. Como afirmam Hodge e Kress (1988, p. 16): “Signs may not be divorced from the concrete forms of social intercourse and cannot exist, as such, without it”.

## **QUESTÕES METODOLÓGICAS**

Para este trabalho, foram selecionados textos, que circularam em 2008, inseridos em tipos de agir distintos (o jurídico, o publicitário).

Ao se considerar a metodologia descendente preconizada no quadro do ISD, teceremos, primeiramente, alguns comentários acerca da própria produção dos textos selecionados, e, em seguida, pontuaremos algumas *marcações agentivas*. Partimos do princípio de que esta materialidade textual, de caráter multimodal, em alguns gêneros textuais, no que tange principalmente à marcação agentiva, é distinta nos exemplares de texto escolhidos.

## **ABORDAGEM EMPÍRICA**

---

<sup>7</sup> Esta considera que a dimensão social é intrínseca aos sistemas semióticos. Ao descrever uma linguagem deve-se, simultaneamente, considerar o uso social deste mesmo modo semiótico.

Considerando-se que um texto pode ser representante prototípico de determinada categoria, uma vez que apresenta características dessa mesma categoria<sup>8</sup>, passaremos à análise dos textos selecionados: o primeiro está relacionado ao agir de benemerência; o segundo, ao judiciário.

## O AGIR DE BENEMERÊNCIA – GÊNERO TEXTUAL ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

Figura 1 – Anúncio Publicitário



Fonte: *Banco Alimentar Contra a Fome* (2008)

O anúncio publicitário escolhido<sup>9</sup> integra um conjunto de vários anúncios difundidos, em 2008, em vários segmentos, pela ONG *Banco Alimentar contra a fome*, em Portugal. Esta constitui uma associação de ajuda humanitária espalhada em vários continentes, que visa acabar com o desperdício de alimentos. Para tal, realiza recolha de gêneros alimentícios em supermercados, angaria alimentos doados por várias indústrias e recebe produtos agrícolas de pequenos produtores. Enfim, são vários os segmentos da sociedade que colaboram nesta ação social.

<sup>8</sup> Para maior detalhamento sobre a relevância da *prototipicidade* em questões metodológicas, ver Pinto (2009).

<sup>9</sup> Algumas das reflexões analíticas sobre este anúncio foram desenvolvidas na comunicação *Representações do agir publicitário: o papel das instâncias agentivas na construção da agentividade*, no Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, de 26 a 28 de outubro de 2011.



O anúncio que compõe o *corpus* constitui um texto endereçado ao público em geral, solicitando a todos que colaborem na campanha de doação de alimentos, em data e ano específicos.

Esse texto apresenta uma estratégia intertextual relevante. Na verdade, uma das características dessa ONG é a utilização de imagens que fazem com que o interlocutor estabeleça “ligações intertextuais” e complete os possíveis “vazios interpretativos”. Lembramos que a imagem é a de um super-herói (Super-homem), de camisa aberta. Todos temos em nossa *memória a longo prazo* a imagem do que representa esta personagem: um ser humano “comum” que se transforma em alguém especial com poderes excepcionais, em situações particulares. Isso acontece quando a ordem social é abalada. O anúncio, com valor persuasivo agregado, é endereçado a um segmento da população que tem, em sua memória, essas lembranças. E, no caso, a imagem apresenta um papel de grande relevância na construção desse agir de benemerência. Para depreendê-lo, começaremos por analisar questões verbais para passarmos a aspectos da imagem – muito relevantes para esta caracterização.

Do ponto de vista dos *tipos de discurso*, observa-se que a voz do Banco Alimentar (doravante BA) é apresentada em trechos de Discursos Teórico e Interativo. Do ponto de vista da *organização actorial*, relembremos que pode ou não haver uma implicação de correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto, instaurando-se, assim, relações de implicação ou de autonomia, em simultâneo. Vejamos os exemplos que seguem.

- (5) O Banco Alimentar precisa do *herói* que há em *si*
- (6) O Banco Alimentar precisa de suas *super* qualidades
- (7) Já há muitos *heróis* a contribuir, mas *queremos* mais
- (8) Seja o *nosso herói*

Se em (5) e (6), o *actante* BA é identificado pela presença do próprio sintagma nominal “O Banco Alimentar”; em (7) e (8), outros aspectos merecem ser relevados: respectivamente, a utilização da desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural do verbo “querer” e a presença do pronome adjetivo “nosso”. Na verdade, existe uma reconfiguração deste actante ao longo do documento. Em (5) e (6), evidencia-se a importância dos papéis tanto do BA quanto do voluntário (retratado como “herói”). Em (7) existe uma “espécie de simbiose” e de corresponsabilização dos dois actantes e, em (8), o próprio actante-voluntário

assume um alto grau de importância, porque ele pode se tornar um verdadeiro herói. Ele realmente pode vir a ser um *ator no seu agir*. Essa reconfiguração actancial do próprio voluntário, neste texto, é demarcada textualmente por outros recursos linguísticos, tais como: o sintagma nominal “herói”, em (5), (7), (8); o pronome pessoal oblíquo “si”, em (5); os verbos “contribuir” e “ser”, na 3ª pessoa do singular, em (7) e (8), e ainda, o qualificador com valor axiologicamente positivo “super”, em (6). Ressaltamos, ainda, o valor alocutivo indexado aos verbos referidos, atribuindo ao enunciado um estatuto imperativo. Na verdade, trata-se de uma estratégia utilizada para engajar o interlocutor/voluntário em potencial no próprio ato de enunciação, sugestionando-o a agir.

Essas escolhas linguísticas presentes, em trechos em que o discurso interativo figura predominantemente, são estrategicamente selecionadas para trazer uma maior aproximação entre o BA e o voluntário. Evidentemente, esses trechos em discurso interativo são envoltos também por trechos de discurso teórico (com a presença de marcadores discursivos com teor argumentativo), conferindo ao texto em análise um teor racional e reflexivo, como vemos a seguir.

(9) *Porque* por mais simples que seja a sua contribuição, além de ser um ato heróico, ela faz toda a diferença.

A presença da voz do voluntário como instância agentiva em trechos do discurso interativo, nas unidades textuais<sup>10</sup> referidas, confere a essa mesma voz um alto grau de actancialidade (PINTO; VALENTIM, 2010). Esse indivíduo, interpelado por este anúncio, é representado por “alguém” com capacidades, motivos e intenções com todas as condições para agir e intervir socialmente.

Por outro lado, a voz do BA, também como instância agentiva, apresenta um menor grau de actancialidade. Embora também esta voz surja em trechos do discurso interativo, a sua força atorial fica enfraquecida pela presença de vários trechos de discurso teórico, caracterizando uma menor intervenção desta instituição quando esta é comparada à do próprio voluntário. Lembramos que a semiotização linguística do discurso teórico confere, ao mesmo, alto grau de objetividade e, simultaneamente, um maior distanciamento na interação entre interlocutores.

Dois aspectos, contudo, merecem ser considerados.

---

<sup>10</sup> Unidade textual, aqui, corresponde a grupos nominais, enunciados e parágrafos que apresentam, no universo textual, certa unidade de sentido.

Em primeiro lugar, é de relevo assinalar o alto grau de assertividade aos enunciados (5) e (6). A seleção pelo agente produtor do anúncio do verbo “precisar” evidencia a importância da participação do voluntário. Na verdade, existe nesse verbo tanto uma noção de futuro acoplada quanto algum traço de incerteza epistêmica<sup>11</sup>. Dessa forma, a opção do agente produtor da não utilização do verbo “precisar” como um verbo modal clássico salienta o caráter assertivo do texto e até o seu teor emotivo. Em segundo lugar, em (7) e (8), a voz do BA vem “agregada” à voz da própria sociedade (consciente dos seus problemas). A desinência de 1ª pessoa do plural do presente do indicativo em (7) e o possessivo em (8) corroboram esta questão. Se, por um lado, estas estratégias aproximam a ação de benemerência do público em geral e detêm um efeito persuasivo acoplado; por outro lado, observam-se, nos enunciados em que esses elementos textuais estão presentes, marcadores discursivos<sup>12</sup> com teor argumentativo/persuasivo, como em (7), com a utilização da conjunção adversativa “mas”.

Do ponto de vista da imagem (a do Super-homem), merecem ser relevados alguns significados interativos.

Em relação ao contato estabelecido entre o participante representado (o super-herói) e o espectador (observador do cartaz), observa-se que existe uma espécie de oferta implícita. O participante representado dirige o olhar ao céu e o contempla. Na verdade, qualquer indivíduo pode atingir esta espécie de plenitude, ao aderir à ideia defendida no cartaz.

Do ponto de vista do enquadramento da imagem, observa-se um plano médio, não havendo tanto envolvimento entre o *participante representado* e o *observador*. Na verdade, este último pode até tornar-se um “herói”, mas precisa, para tal, participar da campanha.

Em termos de perspectiva, a imagem sugere certa subjetividade. Existe uma distinção entre o plano da imagem e o plano do próprio observador. Aqui, o ângulo oblíquo é utilizado para demarcar um distanciamento social/ideológico entre os dois elementos. Essa “defasagem” é corroborada pela utilização do ângulo em *contre-plongée*, evidenciando a grandiosidade do herói em relação ao próprio observador.

---

<sup>11</sup> Para Givón (1995, p. 21), estes são traços que caracterizam a modalidade deôntica.

<sup>12</sup> Para estudos aprofundados sobre os marcadores discursivos, numa perspectiva textual, cf. Coutinho (2009).

Todas as estratégias multimodais utilizadas corroboram para reconfigurar o(s) actante(s) nesse agir específico<sup>13</sup>, no qual o que deve ser ressaltado é a intervenção social. E, como vimos, o voluntário neste tipo de agir adquire uma força actancial bastante importante, quando comparada à da própria associação.

## **O AGIR JUDICIAL – GÊNERO TEXTUAL *PETIÇÃO INICIAL*<sup>14</sup>**

Todo indivíduo, ao se sentir lesado, tem o direito de agir, ou seja, invocar a tutela jurisdicional do Estado. Esse direito é exercitado a partir da formulação de uma *petição inicial*, que corresponde ao ato introdutório de um processo civil. Silva a define como: “[...] primeiro requerimento dirigido pela pessoa à autoridade judiciária para que segundo os preceitos jurídicos se inicie ou se comece a demanda [...]” (SILVA, 2001, p. 610).

Essa *inicial* (ou *petição inicial*, doravante PI), que é redigida e assinada por um advogado, representante legal do indivíduo lesado, corresponde ao pedido a um juiz de uma providência processual adequada. Sem a PI, nenhum juiz dá início a um processo.

Tal peça processual é estruturada conforme o *Código de Processo Civil* português (doravante CPC), no seu art. 467. A não observância aos aspectos detalhados no CPC poderá implicar um indeferimento do pedido.

A PI insere-se, assim, no agir jurídico. Do ponto de vista das marcações agentivas, o papel dos participantes da interlocução é pré-definido e não sofre grandes alterações quando realmente se processa a produção textual.

A nosso ver, haveria uma única instância de produção, que será representada pelo advogado (normalmente escolhido dentre vários que compõem um escritório de advocacia), que é o *agente produtor* e também o responsável pela assinatura da *petição inicial*. Esse profissional transcreverá o pedido do seu cliente de forma a adequá-lo aos preceitos jurídicos e será o representante legal do autor da ação, durante todo o processo.

Lembramos que toda produção, como já mencionamos, implica uma representação do público a que se destina. No caso do gênero em questão, poderíamos imaginar a existência de

---

<sup>13</sup> Para algumas reflexões sobre a agentividade no agir publicitário foram desenvolvidas, ver: Pinto & Teixeira (2011).

<sup>14</sup> Por limitação espacial, selecionamos trechos que merecem destaque para os objetivos desta contribuição.

dois polos: o público genérico e o leitor evocado. No primeiro caso, seria importante retomar o que Bakhtine (1984) define como *sobredestinatário*<sup>15</sup>:

L’auteur d’un énoncé, de façon plus ou moins consciente, présuppose un sur-destinataire supérieur (le troisième) dont la compréhension responsive absolument exacte est présupposée soit dans un lointain métaphysique, soit dans un temps historique éloigné. [...] Aux époques variées, à la faveur d’une perception du monde variée, ce sur-destinataire [...] prend une identité idéologique concrète variable (Dieu, la vérité absolue, le jugement de la conscience humaine impartiale, le peuple, le jugement de l’histoire, la science, etc.). (BAKHTINE, 1984, p. 336-337).

Assim, acreditamos que um advogado, ao redigir uma petição inicial, tenha em mente que está a escrevê-la para a **Justiça** – que funciona como um *sobredestinatário* ou um *público genérico*. Essa instância abstrata é representada por juristas para os quais esta peça é inteligível e compreensível. Com isso, o advogado faz uso de terminologias jurídicas específicas, leis e até citações (inclusive em latim), origem, muitas vezes, da dificuldade, para a maioria das pessoas, de compreender uma inicial.

No caso específico dessa inicial, o leitor realmente evocado – a quem o documento se dirige explicitamente – seria um juiz de direito, responsável legal pela leitura dessa ação e que deferirá ou não o pedido. Esse juiz seria o representante legal desse *sobredestinatário*, com legitimidade de interpretar a inicial. Esse leitor, entretanto, não é diretamente reconhecível na petição, uma vez que não é identificável. A PI é endereçada a um dos Juízos de uma determinada Comarca. A definição do juiz ocorrerá quando da distribuição da PI no tribunal responsável.

A partir dessa descrição genérica da PI, passaremos a mostrar no documento em análise alguns aspectos linguísticos que possam vir a caracterizar a *marcação agentiva*: o papel dos tipos de discurso e das modalidades linguísticas encontradas.

Sabemos que as configurações plurissemióticas são de extrema importância para a identificação dos tipos de discurso. Dentre elas, salientaremos o papel de alguns tempos verbais no exemplar do gênero em análise. Observaremos, primeiramente, o uso do pretérito

---

<sup>15</sup> Tradução do termo “sur-destinataire”. Maria Ermantina Galvão G. Pereira, na tradução para o português de *Esthétique de la création verbale*, utiliza o termo *superdestinatário* – cf. Bakhtin (1997, p. 356). No entanto, pensamos que esta tradução não se mostra adequada, uma vez que o prefixo “super” poderia vir a transmitir, ao vocábulo “destinatário”, um sentido pejorativo. Por isso, optamos por traduzir o termo “sur-destinataire” por “sobredestinatário”, enfatizando a superioridade institucional deste último.

perfeito<sup>16</sup> (doravante PP), que caracteriza o mundo da ordem do NARRAR e, em seguida, o do presente (doravante P), que diz respeito ao mundo do EXPOR.

## O PRETÉRITO PERFEITO (PP)

Em relação ao PP, notamos que é grande a incidência desse tempo verbal no desenvolvimento ou núcleo do texto em questão (arts. do 5º ao 16º). A nosso ver, esse grande número pode ser explicado pelas coerções metatextuais às quais o gênero é submetido.

Conforme mencionamos, uma das partes importantes da PI seria a transcrição da *causa do pedir*. Percebemos, na prática, que esse bloco, correspondente ao relato dos fatos, é realizado principalmente no pretérito perfeito.

No entanto, qual seria a correlação que poderia ser estabelecida entre o uso do PP e a construção do mundo do NARRAR?

Sabemos, com fundamentação em Bronckart (1999), que as coordenadas organizadoras do conteúdo temático de determinado texto podem estar *disjuntas* às da ação de linguagem e, nesse caso, teríamos a presença de dois mundos discursivos: mundo do NARRAR implicado e o mundo do NARRAR autônomo. No primeiro caso, haveria a implicação de alguns parâmetros da ação de linguagem em curso; no segundo caso, há uma espécie de desvinculação relativa às condições de produção.

No caso do PP utilizado no documento em análise, percebemos que todas as incidências desse tempo verbal representam o mundo do NARRAR implicado. Vejamos os exemplos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Tempos verbais e atitudes enunciativas

Verbo	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
“deixou”	Art. 4º (linha 1)	NARRAR implicado	Presença do dêitico temporal “há mais de um ano” que demarca uma origem temporal relacionada ao momento da interação.
“deixou”	Arts. 5º e 8º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: [há mais de um ano] presente no art. anterior.
“foi visto”	Arts. 6º, 7º e 9º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “nunca mais”.
“deixou”	Art. 10º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: “há

<sup>16</sup> Priorizamos a abordagem do interacionismo sociodiscursivo na análise dos tempos verbais, a partir de Bronckart (1999).

			mais de um ano”.
“foi desativado”	Art. 13º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “há mais de um ano”.
“tomaram”	Art. 14º	NARRAR implicado	Demarcação espaço-temporal: “entre Maio de 1999 e Agosto de 2000”.
“deixou”	Art. 15º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “a partir de Maio de 2001”.
“teve”	Art. 16º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: a partir de fevereiro de 2001.

Fonte: Pinto (2010)

Pelo que expusemos, o gênero PI apresenta um grande número de verbos no pretérito perfeito que descreve, no texto em questão, o NARRAR implicado. Todavia, qual seria o efeito provocado por esse mundo discursivo dentro desse gênero?

Como já foi referido, o gênero em questão tem como uma das partes obrigatórias o relato dos fatos (como vimos quando levantamos as coerções metatextuais estipuladas pelo *Código de Processo Civil*). Com isso, a utilização de um tempo verbal, no caso o PP, com demarcações temporais claras é de grande valia. Não se pode deixar de mencionar que a *clareza da causa do pedir* é fundamental e, para tal, há a necessidade do uso de algumas expressões temporais que marquem a origem dos acontecimentos. Isso explica a grande incidência do PP, que representa o NARRAR implicado. O PP, nesse caso, é uma das configurações linguísticas que semiotizam o relato interativo, como tipo de discurso.

Passaremos agora ao estudo do presente, no exemplar do gênero em análise, representando o mundo do EXPOR neste gênero.

Vejamos os exemplos registrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Tempos verbais e Atitudes enunciativas

Verbo/expressão verbal	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
“vêm intentar”	linha 6	EXPOR implicado	Existência de marcação da data em que a PI dá entrada no Juízo Cível. No caso do documento, consideramo-lo implícito.
“são”	Art. 1º (linha 1)	EXPOR implicado	Justificativa equivalente à da expressão verbal “vêm intentar”.
“junta” e “dá”	Art. 1º (linha 4)	EXPOR autônomo	Não implicação dos parâmetros do contexto de produção.
“é”	Art. 3º	EXPOR implicado	Implicação do momento de interação, observável a partir de “actualmente”.

“é”; “se verifica”; “reside”	Art. 11º (linha 1)	EXPOR implicado	Época da produção da PI
“conclui”; “reside”	Art. 17º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“verificam”	Art. 17º (linha 3)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“integram”	Art. 18º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“pretendem”	Art. 19º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“deve”	Art. 20º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)
“requer” “se digne”	Art. 21º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)

Fonte: Pinto (2010)

Em relação ao presente, observamos que ele aparece em todo o texto. Qual o valor que esse tempo verbal pode vir a assumir no exemplar do gênero em análise?

Claramente, pelo que apresentamos, o P representa o EXPOR implicado e corresponde a uma das formas linguísticas que marcam o discurso interativo. Todavia, no gênero em análise, este P apresenta duas atuações distintas.

Na introdução e no desenvolvimento (parte da PI inicial não numerada e arts. do 1º ao 16º), o P é usado para *descrever* aspectos relativos às partes do processo, ao valor da renda mensal e aos fatos: “os A.A. são proprietários do prédio urbano [...]” (art. 1º); “A renda mensal é actualmente [...]” (art. 3º).

No *fecho* do documento, a causa do pedir é sustentada legalmente. E, nesse trecho, o P passa a estar mais diretamente contextualizado no âmbito jurídico. Em função disso, talvez, constatamos que o P vem frequentemente acompanhado por outros recursos linguísticos, como organizadores textuais (OTs) verbais. Por exemplo, os artigos 17º, 18º, 19º são todos introduzidos por OTs: “pelo acima exposto”, “os factos supra referidos”, “por isso”, “NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO”, “para tanto”. Todos esses recursos utilizados são representativos do EXPOR autônomo que é traduzido textualmente pelo *discurso teórico*. É com base nessa constatação que podemos supor que o P no fecho, apesar de estar implicado no momento de produção ou de apresentação da PI ao Juízo Cível competente, possa vir a estar “contaminado” por essas marcas de discurso teórico. Com isso, esse P, apesar de ser uma marca linguística de identificação do discurso interativo, neste gênero, pode assumir um caráter diferenciado, aproximando-se de um presente que traduziria uma espécie de verdade geral. Nesse caso, o uso deste P. corroboraria para legitimar a força da instituição judicial.



Em relação às modalidades, observam-se, no caso da PI em análise, modalidades epistêmicas e intersubjetivas. Vejamos os exemplos a seguir:

No art. 17, temos:

“Pelo acima exposto, conclui-se que o R. não reside com permanência e habitualidade no andar locado, pois os factos decorrentes de uma vida social e doméstica centrada no arrendamento não se verificam”.

No exemplo escolhido, o Locutor assume inteiramente a não validação da relação predicativa. Dessa forma, o enunciado tem o valor de uma asserção estrita negativa. No caso, o Locutor mostra todo o seu conhecimento no que tange à relação predicativa e, com isso, ressalta o seu grau de certeza e de autoridade sobre o que é afirmado, uma vez que esse Locutor institucional é o detentor do saber. Numa escala de valores assertivos, teríamos uma *asserção estrita negativa*, no polo positivo.

Já no art. 18º, teríamos:

“**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO** Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”.

Nesse caso, podemos pensar na existência de uma convergência entre uma modalidade subjetiva epistêmica e uma modalidade intersubjetiva.

Em enunciados em que o verbo “dever”, com valor epistêmico, faz-se presente, por exemplo, o Locutor não tem condição de validar ou invalidar uma relação predicativa. Desse modo, ele faz uso de outros conhecimentos, que funcionam como indícios para poder construir um valor modal quase certo, que se aproxima da asserção estrita. E, com isso, a utilização do verbo “dever” atribui uma certa gradação a essa asserção.

Concomitantemente, no exemplo colocado, temos um caso de modalidade intersubjetiva com valor deôntico, inserido num enunciado na voz passiva. Existe, assim, uma espécie de atenuação da forma como o advogado interpela o Juiz. De certa forma, a modalidade, nesse gênero, legitima a hierarquização presente nessa prática social, em que o *Juiz é o magistrado*.

Assim, pelos exemplos expostos, observamos uma certa incidência de modalidades epistêmicas e intersubjetivas na PI, o que pode vir a ser uma característica estilística do gênero em questão. Pensamos que a escolha dessas modalidades está diretamente relacionada ao componente situacional do gênero.

Essa peça jurídica tem um sobredestinatário – a Justiça – a quem esse texto se endereça e, por isso, o grau de certeza das afirmações deve ser controlado para não ser tão incisivo. É a Justiça, a partir de um de seus representantes, o juiz, que detém o poder de decidir se aquele documento, no caso a PI, deve ou não ser aceito. A modalidade subjetiva epistêmica parece, assim, ser adequada a esse tipo de documento.

Por outro lado, a finalidade da petição inicial é fazer com que o juiz acate um pedido legalmente sustentado, ou seja, o juiz deve ser levado a agir. Com isso, a modalidade intersubjetiva também parece ser de grande relevância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta contribuição, em especial, evidenciou-se principalmente a construção das *marcações agentivas* em dois exemplares de gêneros textuais inseridos em tipos de *agir* distintos: um anúncio publicitário (*agir* de benemerência) e uma petição inicial (*agir* judiciário).

Tratando-se do *agir* de benemerência, em que a iniciativa de cooperação e a partilha são evidenciadas, ficou muito claro que a *reconfiguração actancial* privilegia prioritariamente o voluntário. Na verdade, é ele que deve ser o agente transformador do processo, tornando-se, como mostra a própria imagem, um super-herói. Tal constatação evidenciou-se tanto pela análise de aspectos verbais (formas verbais inseridas em tipos de discurso diversos) como não verbais (imagem).

No *agir* judiciário, a partir do estudo dos tipos de discurso e das modalidades linguísticas, observou-se que a *marcação agentiva* é pouco evidenciada. Na verdade, tratando-se de uma atividade social em que a objetividade e a formalidade devem ser evidenciadas (o texto é endereçado a um Juiz de Direito), o agente produtor (advogado) “atua” de forma muito escassa como ator, fato atestado pelo uso das modalidades epistêmicas.

Com este trabalho, procuramos mostrar as diferentes descrições linguístico-textuais da *marcação agentiva* em exemplares de textos inseridos em tipos de *agir* distintos. Objetivamos, com isso, essencialmente trazer algumas pistas relevantes para o ensino da produção de textos nas práticas profissionais. Vale salientar, contudo, que os resultados preliminares obtidos foram atestados apenas em alguns exemplares de textos. Devemos

ampliar a análise de dados empíricos, de forma a atestar ou atualizar estas considerações preliminares.

## REFERÊNCIAS

BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**, Paris: Gallimard, 1984.

BAKTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BRONCKART, J.-P. *et al.* Agir et discours en situation de travail. **Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation**, n. 103, 2004.

BRONCKART, J.-P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Tradução Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

COUTINHO, M. A.; PINTO, R.; LEAL, A.; TEIXEIRA, C.; CALDES, A. La dynamicité de la langue dans des textes de différents genres. In: **Texto!**, 2009. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=2103>  
Acesso em: 29 fev. 2012

COUTINHO, M. A. Marcadores discursivos e tipos de discurso. In: VALENTIM, H.T. & MOREIRA, B. (orgs). **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies** 2, p. 193-210, 2009.

FILLIETTAZ, L. **La parole en action**. Eléments de pragmatique psycho-sociale. Québec : Nota Bene, 2002.

FILLIETTAZ, L. Les modèles du discours face au concept d'action. **Cahiers de linguistique française**, n. 26, p. 9-23, 2004.

GIVON, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GOUVEIA, C; SILVESTRE, C; AZUAGA, L. (ed). **Discourse communication and enterprise**. Linguistic perspectives. Lisboa: University of Lisbon, Centre for English Studies, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotics**. London: Arnold, 1978.

HODGE, R. & KRESS, G. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity, 1988

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of the design visual**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

PINTO, R. Prototypicity and textual analysis. **Belgian Journal of Linguistics**, John Benjamins, v. 23, p. 31-44, 2009.

PINTO, R. **Como argumentar e persuadir**. Prática Política, Jurídica, Jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PINTO, R.; VALENTIM, H. Marcas actanciais em inquéritos por questionário: uma abordagem linguístico-textual. *In*: SELL, M.; GUIMARÃES, A. M. de M. (org.), **Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II**. São Leopoldo (Rio Grande do Sul): Casa de Leiria, 2010.

PINTO, R.; TEIXEIRA, C. A agentividade no agir publicitário: uma análise multimodal. **Atas do IV Seminário Internacional de Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, p. 203-215, 2011.

SILVA, P. de. **Vocabulário jurídico**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.